



## VISIBILIDADE NÃO MARCADA DA BRANQUITUDE: DISCURSOS DE MULHERES BRANCAS ACADÊMICAS

*Eliana Sambo Machado<sup>1</sup>*

**Resumo:** As discussões empreendidas neste artigo terão como foco principal a problematização dos sujeitos brancos enquanto objetos de pesquisa científica. Para tal, me apoio em discussões teóricas que problematizam as maneiras de ser e de existir do negro e do branco ao considerar o lugar deste como hegemônico e universal. O objetivo principal é trazer discussões complexas, sobretudo, do campo de estudos da branquitude, a fim de problematizar, por meio das análises dos discursos de acadêmicas brancas, os sentidos sociais da branquitude e a construção do seu lugar como norma social.

**Palavras-chave:** branquitude; raça; racismo; identidade; linguagem.

### VISIBILITY NOT MARKED OF WHITENESS: WHITE ACADEMIC WOMEN'S SPEECHES

**Abstract:** The discussions undertaken in this article will have as main focus the problematization of white subjects as objects of scientific research. For this, I support theoretical discussions that problematize the ways of being and existing of the black and white when considering the place of this as hegemonic and universal. The main objective is to bring about complex discussions, above all, in the field of studies of whiteness, in order to problematize, through the analyzes of white academic discourses, the social meanings of whiteness and the construction of its place as a social norm.

**Keywords:** whiteness; breed; racism; identity; language.

### VISIBILITÉ NON MARQUÉE DE LA BLANCHITUDE: DISCOURS DE FEMMES BLANCHE ACADÉMIQUES

**Résumé:** Les discussions entreprises dans cet article auront comme objectif principal la problématisation des sujets blancs comme des objets de la recherche scientifique. À cette fin, je me soutiens dans les discussions théoriques qui problématiser les manières d'être et d'exister du noir et du blanc au considérer le lieu du blanc comme l'hégémonique et l'universalité. L'objectif principal est d'apporter des discussions complexes, surtout, du domaine des études de blanchitude, afin de problématiser, à travers l'analyse des discours des académiques blanches, les sens sociaux de blanchitude et la construction de sa place comme norme sociale.

**Mots-clés:** blanchitude; race racisme; identité; langue.

### VISIBILIDAD NO FIJADA DE LA BLANQUITUD: DISCURSOS DE MUJERES BLANCAS ACADÉMICAS

**Resumen:** Las discusiones emprendidas en este artículo tendrán como eje la problematización de los sujetos blancos mientras objetos de pesquisa científica. Para tanto, tengo apoyo en discusiones teóricas que han problematizado las maneras de ser y existir del negro y del blanco

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. *E-mail:* eliana.smachado@hotmail.com



al considerar el lugar de ellos como hegemónico y universal. El objetivo principal es traer discusiones complejas, sobretudo, del campo de estudios de la blanquitud, a fin de problematizar, por medio de análisis de los discursos de académicas blancas, los sentidos sociales de la blanquitud y la construcción de su lugar como la norma social

**Palabras-clave:** blanquitud; raza; racismo; identidad; lenguaje.

## INTRODUÇÃO

Este artigo defende as discussões profundas a respeito da identidade racial branca. Estudar a raça branca implica compreender a sua construção como lugar de *status*, que permite aos brancos obter privilégios associados à cor da pele. Para dar conta do tema em questão, revisito alguns fenômenos como o do branqueamento e da mestiçagem, a fim de compreender as complexidades das relações raciais brasileiras, em especial, no que diz respeito à branquitude. Este último conceito nos permite pôr em xeque a suposta neutralidade ou invisibilidade da identidade racial branca ao questionar o lugar de privilégio que nós brancos (as) temos em nossas vidas. Em outras palavras, quero com este trabalho chamar atenção para o lugar hegemônico e supostamente neutro da branquitude que ao se construir como invisível ocupa posição universal em espaços hegemônicos como o da academia, por exemplo.

Na tentativa de dar continuidade às reflexões tidas durante a pesquisa de mestrado, este artigo discute as análises realizadas dos discursos de mulheres brancas acadêmicas da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, dos cursos de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ICHS. O intuito é mostrar como as professoras entrevistadas se posicionaram em relação às suas identidades sociais e às suas trajetórias profissionais acadêmicas.

Este trabalho se inicia com algumas discussões teóricas a respeito do conceito de branquitude. Para tal, me apoio em alguns/as teóricos/as interessados/as nas discussões sobre as relações raciais no Brasil. Num segundo momento, discuto sobre os estudos de teóricas feministas sobre as identidades de gênero enquanto performativas, o que implica pensar em construções históricas e sociais dos gêneros na e pela linguagem (Butler, 1997). Em seguida, na parte metodológica, apresento a análise dos dados realizada com base no referencial teórico deste artigo.



As análises estão divididas em dois temas recorrentes nos discursos das professoras entrevistadas, a saber: (i) trajetória escolar e classe social; (ii) percepção do racismo na universidade vistos pelo olhar da mulher branca acadêmica. As análises revelaram a presença de visões colonizadas em relação à vida profissional das entrevistadas, pois prevaleceu uma perspectiva universal e heteronormativa em suas falas, a qual contribui para a hierarquização dessas identidades no espaço acadêmico.

Por fim, termino este trabalho com algumas considerações que apontam para a necessidade de se levar em consideração o branco enquanto objeto de estudo, uma vez que, como evidenciam os discursos das entrevistadas, a raça pouco ou nada tem a ver com as suas posições sociais e, menos ainda, com o fazer científico da academia que se fecha para as questões raciais.

### **O CONCEITO DE BRANQUITUDE: A VISIBILIDADE NÃO MARCADA DO BRANCO**

Parto dos pressupostos presentes nos estudos das Relações Raciais no Brasil, caracterizado por duas particularidades: uma delas se refere à chamada “democracia racial” que trata, de modo geral, da suposta convivência “pacífica” cultural, histórica e inter-racial dos brasileiros tidos como mestiços. A outra particularidade se refere a “afirmação da mestiçagem presente em todas as famílias, como obstáculo biológico à polarização branco/negro” (Sovik, 2004, p. 376).

As afirmações sobre a suposta “democracia racial brasileira” fazem parte das ideologias pouco explícitas sobre a branquitude no contexto brasileiro, o que implica na releitura do termo atendo à percepção de tal conceito a partir das discussões sobre a invisibilidade da identidade racial branca (Franquenberg, 2004). O intuito é tentar desestabilizar posições hegemônicas frequentemente expressas pela raça branca.

Antes de iniciar as discussões propostas, é preciso ressaltar a complexidade do tema da branquitude devido às poucas discussões sobre este conceito. Além disso, trata-se de um assunto que encontra teóricos inicialmente interessados em outras localizações geográficas de países estrangeiros como Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e, mais recentemente, o Brasil.

A complexidade se encontra, em certa medida, nas diferentes concepções e abordagens sobre os termos raça, racismo e identidades raciais nessas diferentes nações,



onde se mobilizaram diferentes estruturas ideológicas da supremacia branca (WARE, 2004, p. 19). Nesse sentido, a tradução do conceito branquitude deve ser entendida de acordo com os contextos locais que interferem no que é ser branco. Ser branco, por exemplo, no Brasil, está relacionado às discussões sobre o racismo brasileiro, sobre as ideias do branqueamento que passou a ser interpretado como desejo do negro de branquear-se ou de alcançar os privilégios da branquitude (Carone&Bento, 2002).

A ideia do branqueamento está fortemente presente nos estudos da Psicologia Social, em autoras como Carone & Bento (2002), como também na visão do teórico negro Franz Fanon. É importante trazer para este artigo a visão de um teórico negro sobre o branco, já que Fanon, assim como Franz Boas e Alberto Guerreiro Ramos são os primeiros autores negros a questionar a identidade branca do ponto de vista do negro e não da visão do branco. A relevância disso se justifica uma vez que o negro, nos estudos raciais, sempre foi objeto de investigação visto pelo olhar do branco, como se apenas o negro fosse racializado.

A identidade racial branca pensada pelo filósofo e psiquiatra Frantz Fanon (1980), em seu livro de maior repercussão, “Pele Negra, Máscaras Brancas” é de extrema importância para invertermos a lógica epistemológica do pensamento branco hegemônico. A obra citada discute assuntos que abordam as relações entre colonizados e colonizadores, entre negros e brancos, oferecendo críticas profundas à negação do racismo pelo mundo e por parte de pessoas negras. De modo geral, o autor problematiza a maneira como vimos e vivemos o mundo frente às questões como a do racismo e a do colonialismo europeu.

Para aprofundar as discussões sobre a branquitude, atendo-me à invisibilidade como uma das características problemáticas desse conceito. Apesar da suposta invisibilidade da identidade racial branca, as discussões teóricas em torno do conceito de branquitude ressaltam que é preciso prestar atenção para a “não- marcação” do branco. Isso, porque estaríamos buscando respostas simples que contribuem para “universalizar o particular”, ao invés de questionar a posição hegemônica dos brancos (Frankenberg, 2004, p. 309).

Portanto, a suposta invisibilidade da cor branca deve ser questionada, uma vez que se trata de compreender a “intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros”



(Piza, 2002, p.72). Nesses termos, a visibilidade e a invisibilidade “aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos” (Suchman, 2012, p.24).

É importante ressaltar que a ideia da invisibilidade da branquitude como norma revela-se, segundo Frankenberg (2004), uma “miragem”, pois assegura, aos brancos, uma representação de si que se apoia na “certeza intemporal” originária desde o colonialismo ocidental, quando as ideias de “raça”, “cultura”, “racismos” e “povos”, passaram a se estruturar em classificações hierárquicas (Frankenberg, 2004, p. 310).

Diante do contexto histórico do colonialismo, faz-se necessário uma opção que seja, conforme argumenta Mignolo (2008), “descolonial”, isto é, uma opção que esteja “desvinculada dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (Mignolo, 2008, p. 290). Diante do urgente cenário de descolonização das raças e das identidades, é necessário compreendermos a branquitude como produto da história, pois este conceito não apresenta significados intrínsecos porque é socialmente construído em espaço e tempo (Frankenberg, 2004).

As autoras Carone & Bento (2002) interpretam o branqueamento, em um primeiro momento, ligado ao período do Império, no tempo da imigração da mão de obra europeia. Nesse momento histórico, o termo é interpretado como “resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos”, no Brasil, devido ao aumento da migração da mão de obra europeia. É nesse contexto que nos deparamos com o discurso falacioso de que os europeus trariam maior produtividade para o país em relação à mão de obra escrava, até então, vigente naquela sociedade.

A crença na superioridade da raça branca, como também de sua suposta produtividade e mão de obra qualificada, carregava consigo, junto ao projeto de modernidade do país daquela época, a ideia de que apesar das visões preconceituosas sobre os negros, o Brasil representava o “paraíso da convivência inter-racial” tornando o país mundialmente conhecido como “mestiço” (Carone, 2002, p16). Porém, em um segundo momento, após o período abolicionista, o branqueamento ganhou novos sentidos revertendo à lógica do pensamento que pairava sobre o imaginário social desse período. Dessa forma, o conceito deixa de “corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas” (*Ibidem*, p.17) e passa a significar



[...] um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros **construídas pelos brancos** (grifo meu) é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles (Carone, 2002, p. 17).

O suposto desejo dos negros em branquear-se, trouxe consequências psicológicas (Fanon, 2008) graves ao negro brasileiro que passa a ser percebido socialmente como indivíduo que conjuga em sua identidade cor e raça. Já o branco é “concebido como espelho da negritude”, notado em sua individualidade e nunca em sua coletividade, como os negros são percebidos.

O discurso da mestiçagem é utilizado para reafirmar que no Brasil, não há ódio racial reforçando hierarquias instituídas pelo poder do branco. Entretanto, é importante compreendermos o fenômeno do branqueamento não como um desejo do negro de branquear-se (ideia atribuída pelos brancos aos negros), mas como um desejo das pessoas brancas em manter seu lugar de autodeterminação através do negro.

O branqueamento, compreendido em tais termos, revela o medo que o branco tem em perder o seu lugar de privilégio desnudando a branquitude e deslocando a manutenção da relação de dominação do branco sobre o negro (Schucman, 2012). Isso faz com que os brancos atuem cotidianamente de formas conscientes ou inconscientes mantendo suas posições de poder, colocando sua branquitude em ação.

Na perspectiva dos estudos da psicologia racial do racismo (Carone & Bento, 2002), o branqueamento é compreendido como um fenômeno que nasce do medo que o branco tem em perder seus privilégios para um país que é majoritariamente negro. Em outras palavras, o país mestiço que concentrava, em sua maioria, uma população não branca, é visto como ameaça à elite branca brasileira e, portanto, tal ameaça deveria ser contida com as políticas imigrantistas do Estado brasileiro. A política visava garantir aos brancos sua “purificação étnica” a qual permitiria um Brasil que seria um dia branco, ou seja, “os negros seriam assimilados pelos brancos” (Carone & Bento, 2002, p. 37).

A ideologia que comumente circula sobre o branqueamento é falsa, porque não se trata de um suposto desejo do negro coagido a branquear-se, ao contrário, trata-se do medo que os brancos têm de perder seus privilégios, de ver os negros ocupando o seu lugar exclusivo. Nas palavras das autoras Carone&Bento (2002)



Talvez possamos concluir que uma boa maneira de compreender a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios (Carone&Bento, 2002, p. 39).

A invisibilidade da raça não-marcada dos brancos garantida pelo fenômeno da miscigenação e do branqueamento, remete à necessidade de compreendermos a identidade racial branca ou a branquitude como não biológica ou genética, porque se afirma como imagem identitária que ocupa posições privilegiadas. Segundo Sovik (2004), a branquitude pode ser entendida como “um lugar de fala confortável, privilegiado e inominado, de onde se tem a ilusão- poderia acrescentar-se- de observar sem ser observado” (Sovik, 2004, p. 368).

As representações atribuídas aos negros e construídas a partir do olhar do branco, trazem consequências graves como a isenção da responsabilidade dos brancos pelas tensões existentes no nosso país, nem sempre de forma explícita, entre brancos e negros. Os últimos vivem em um “apartheid não-declarado oficialmente” (Carone, 2002, p.20), como aponta a pesquisa do falecido militante negro Eduardo Oliveira e Oliveira. Tais limites territoriais são experienciados pelo pesquisador que relata episódios discriminatórios entre brancos e negros, os quais revelam além da segregação racial entre as pessoas- sejam elas negras de escolaridade elevada ou não- a dificuldade dos sujeitos em relação à “definição de sua identidade étnica, quer pela ‘vergonha’ de sua própria aparência, quer pela preferência por relacionamentos afetivos com brancos” (*Ibidem*, p 20).

Embora a pesquisa do militante negro tenha se realizado no ano de 1976, ela se torna atual, em especial, para as discussões do presente artigo, pois o conceito de raça, mesmo desde tal época, visto como “construção social e ideológica”, não garantiu e não garante que um negro possa, por exemplo, passar despercebido, ou seja, sem ser notado pela cor de sua pele. Já ao branco, tal estranhamento não se dá, não porque nossa cor branca passa despercebida, pelo contrário, porque nossa cor é visível, porém tal visibilidade é silenciada e representa o universal garantindo a nós brancas/os, posições de privilégios, das quais ninguém quer abrir mão.



Ao ressaltar a complexidade em definir o que é ser negro no Brasil, a partir do branqueamento, Sovik (2004) argumenta sobre a urgente necessidade, ainda insipiente, em pensarmos a identidade do branco entendendo que:

O interesse em analisar a branquitude (no Brasil,) não é o de traçar o perfil de um grupo populacional, até então, ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem (SOVIK, 2004, p. 384).

Tomando como base a perspectiva da psicologia social de Edith Piza (2002), a autora destaca o olhar do branco sobre o negro, ressaltando a “apropriação simbólica” que fortalece a autoestima dos brancos em relação aos demais; fato que legitima a “supremacia econômica, política e social” dos grupos brancos. Com isso, a autora quer chamar a atenção, principalmente, para o silêncio que permanece em volta do branco e do lugar que ele ocupa nas relações raciais brasileiras (Piza, 2002, p. 26). Eis o argumento da autora:

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado [...] Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar o negro: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., etc. Como nos mostra Denise Jodelet (1989), políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes (Piza, 2002, p.26-27).

De tal silêncio, entra em jogo interesses do grupo branco em manter o *status* privilegiado que ocupa permanecendo a situação de desigualdade racial no Brasil. A discriminação, portanto, segunda a autora, tem um interesse de jogos em que o desejo do branco em manter-se em posição privilegiada, “combinado ou não com o sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação” (Piza, 2002, p.28).

Nesse jogo de oposição de categorias raciais, a identidade racial branca ou a branquitude carrega em seu significado, a ideia forjada de que os brancos ocupam um lugar merecedor, faz parte de uma construção simbólica. Portanto, a branquitude é produto da história com sentidos socialmente construídos de acordo com os interesses



políticos que prevalecem dentro do grupo dos brancos. Afora isso, é importante considerar, como aponta Schucman (2014), que além das fronteiras que a branquitude estabelece entre brancos e negros, tais divisões ocorrem dentro do próprio grupo, por meio de outros marcadores da diferença como, por exemplo, a origem, o fenótipo, o gênero, a classe econômica, etc.

A desigualdade compreende as formas como os brancos agem cotidianamente garantindo seus “privilégios materiais e simbólicos” como forma de dominação que se dá em um jogo de oposições. Tais relações opostas trazem possibilidades ao branco, quando a identidade branca existe apenas ao lado do negro. Em outras palavras, em tal contexto desigual, o branco encontra no negro um sujeito de “autoderterminação”, ou seja, a relação que se estabelece não é mais de hierarquia do branco sobre o negro, mas do olhar do negro sobre o branco com “olhos analíticos que desnudam a branquitude” (Azevedo, 1987 *apud* Schucman, 2014, p. 143).

### **CONSTRUÇÕES PERFORMATIVAS E HISTÓRICAS DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E RAÇA**

Quando nos arriscamos adentrar o campo movediço das identidades de raça e de gênero, é importante sublinhar que esta pesquisa propõe discutir a presença das identidades no espaço controverso da academia, cujo domínio científico deve ser questionado. Nesse sentido, discuto as provocações presentes em Rajagopalan (2006) sobre os pares natureza/cultura enquanto dicotomias que permitem falar em “descobrimento/invenção” de algo que ainda está “virgem e intocado, apto para ser descoberto” (Rajagopalan, 2006, p. 77).

Rajagopalan (2006) argumenta que criamos as dicotomias, assim como criamos ou inventamos crenças para nos permitir dar sentido a nossas vidas e satisfazer nossas incertezas e curiosidades humanas. O autor diz que criamos pares opostos como, por exemplo, negro/branco, superior/inferior, a fim de garantirmos nossa sobrevivência no mundo, já que as dicotomias fazem parte das escolhas que fazemos daquilo que acreditamos ou daquilo que nos convém acreditar.

Ao continuar seu raciocínio, Rajagopalan (2006) chama atenção para a ideia de que a própria natureza é um artefato humano e, portanto, não é possível apreendermos um sentido pleno da realidade, pois ela é mediada pela linguagem, assim como a própria



natureza é um artefato cultural. Ao pensar sobre as identidades de gênero e de raça, os binarismos que caracterizam tais identidades em visões estanques e essencializadas, caem por terra, já que, no limite, a própria natureza é criada pelo ser humano. Por exemplo, dicotomias como negro/branco, homossexual/heterossexual, periferia/centro, sexo/gênero, pobre/rico, verdade/falsidade, entre outras, vistas dentro do poder hegemônico, servem para hierarquizar e instituir as pessoas em lugares fixos, assim como a própria ideia de raça.

Apesar de esta pesquisa defender a ideia de que as identidades são históricas e não essencializadas, quando falamos em “essencialismos das identidades” (Muniz, 2009), há que se atentar para os seus possíveis usos e sentidos. Segundo o argumento de Muniz (2009), há contextos, como dos movimentos sociais negros, em que o essencialismo assume um sentido diferente daquele estritamente ligado à biologia, passando a significar de modo político e estratégico. Em outras palavras, os movimentos sociais como, por exemplo, o movimento negro, reivindicam um sentido essencialista para as suas identidades a fim de valorizar e ressignificar o modo como se vestem, cantam, dançam, etc.

Para corroborar a ideia de que as identidades são sociais e históricas, me apoio nas complexas discussões de teóricas feministas sobre as identidades de gênero. Nas discussões feministas da década de 80, o par dicotômico gênero/sexo era visto como representação de categorias opostas. Apesar de tal visão, de modo diferente, no contexto contemporâneo, de teóricas feministas como Butler (2003), a oposição entre os termos deixa de existir porque “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p. 25). Essa última autora, inspirada na psicanálise e em autores como Foucault, Derrida e Austin, debate sobre as questões de gênero alertando para a sua construção histórica e cultural, recusando o essencialismo da identidade feminina. Nas palavras da autora,

[...] o recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa (Butler, 2003, p. 65).

Tal trecho assinala a recusa às essencialidades das identidades sejam elas de gênero, de raça ou outras. Como argumentam as autoras Butler (2003) e Pinto (2007), a constituição dos sujeitos se dá no e pelo discurso e, portanto, ser “homem”, “mulher”,



“macho”, “fêmea”, “negro” ou “branco”, não é algo substantivo. Ao contrário, ser é algo normativo, cultural, social e, sobretudo, performativo (Butler, 2003), já que o discurso é uma forma de “ação sobre o mundo” e também uma “arena de lutas” (Fairclough, 2001). Além disso, o gênero expressa o desejo de “tornar-se” algo, por conseguinte, tal conceito deve ser visto como uma construção social reiterada performativamente pelos discursos presentes nas práticas sociais, sobretudo, pelos discursos de poder.

O significante “tornar-se”, retirado da célebre frase da feminista Simone de Beauvoir, de que ninguém “nasce mulher”, mas sim “torna-se mulher”, chama a atenção não apenas para o processo histórico, social e cultural que faz de alguém “homem”, “mulher”, “heterossexual”, “homossexual”, “negro”, “branco”, etc. Trata-se de uma proposição que remete às identidades impostas, as quais nos tornam isso ou aquilo, à medida que as identidades estão socialmente disponíveis, isto é, à medida que nossos corpos se conformam às classificações inventadas.

Pinto (2007) promove uma instigante discussão sobre os sentidos disseminados pela palavra “corpo”, explorando o pensamento de Butler e do filósofo da linguagem Austin. A autora faz os seguintes questionamentos: “a linguagem faz o corpo?” ou ainda, “o que é o masculino/ o que é o feminino?”, a fim de argumentar que nas relações discursivas de trocas cotidianas, emergem expressões convencionalmente chamadas de “representações de gênero” que podem ser resumidas em enunciados do tipo: “Fale como homem, rapaz!” ou “Comporte-se como uma menina!” (*Ibidem*, 2007). Tais enunciados remetem às representações sociais do feminino e do masculino que nada têm a ver com a anatomia dos sexos, pelo contrário, “a anatomia é mais um argumento naturalizante do que um fundamento das assim chamadas divisões sexuais de trabalho” (*Ibidem*, p.3).

As representações naturalizantes do “ser homem” ou “mulher” assinalam o modo como às identidades de gênero existem, ou seja, estão sempre privadas de referentes ou significados fixos, esperando serem lembradas ou reiteradas pelos atos de fala. Em outras palavras, a relação entre corpo e linguagem se dá de tal modo que o ato de fala precisa do agir do corpo que reitera um enunciado performativo, executando-o em sua “materialidade plena-sonora e corporal” (Pinto, 2002, p. 87).



Os atos de fala estão socialmente e culturalmente disponíveis e naturalizam discursos binários sobre as identidades. Nesse contexto, Pinto (2002) afirma que gênero, mais do que pré-definir os corpos, está implicado em “relações de poder, controle e dominação”. Isso resulta no “controle intencional das identidades inteligíveis que escapa ao sujeito, ao mesmo tempo em que implica suas possibilidades ritualizadas de existência”, logo, a própria performatividade (Pinto, 2007, p. 25).

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado para a coleta de dados desta pesquisa foi o da entrevista individual semi-estruturada. Tal método consiste no procedimento mais usual presente no trabalho de campo, conforme Minayo (1994), Gaskell e Bauer (2002). Trata-se de um método que possibilita uma discussão mais ampla e menos monitorada da entrevista, contribuindo para a espontaneidade da interação entre entrevistadora e entrevistada podendo surgir questões inesperadas.

Para o presente trabalho, analiso a voz de três professoras brancas que tive a oportunidade de entrevistar dentro do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ICHS, na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. Cabe ressaltar que, a fim de preservar as informações pessoais das entrevistadas, seus nomes reais foram resguardados. Outro dado importante, é que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFOP, o que implica que este trabalho seguiu todas as exigências éticas ligadas às fases da metodologia, coleta e análise de dados.

O conteúdo presente nas falas das professoras entrevistadas se restringiu ao modo como elas compreendem suas identidades em relação às suas trajetórias profissionais, desde o ensino básico, até chegarem ao ensino superior passando por desafios e conquistas ligadas à vida profissional das professoras. Dessa forma, as categorias abordadas e mais recorrentes em seus discursos foram as seguintes: (i) trajetória escolar e de classe social; (ii) percepção do racismo na universidade, vistos pelo olhar da mulher branca acadêmica.

Para conhecer melhor o perfil acadêmico e profissional das três professoras entrevistadas, analisei o *lattes* de cada uma delas, atendo às suas posições ao longo de suas vidas profissionais. As trajetórias profissionais das três entrevistadas estão



resumidas na próxima seção e nos ajudam a compreender suas falas a partir da relação entre as suas identidades sociais e suas trajetórias acadêmicas. Cabe ressaltar que o resumo foi feito no momento em que as acadêmicas foram entrevistadas, portanto, em 2006, data de realização da pesquisa de mestrado.

### **TRAJETÓRIA PROFISSIONAL A PARTIR DO RESUMO DOS *LATTES* DAS ENTREVISTADAS**

A professora Ana especializou-se em língua inglesa, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC. Anterior a isso, Ana formou-se em Letras, pela UFMG, realizando o mestrado e o doutorado nessa mesma IES. Atualmente, possui vínculo institucional com a UFOP, desde 2012, onde leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, do ICHS. Além disso, a professora desenvolve atividades extensionistas como coordenadora do curso de extensão universitária de Língua Estrangeira dos cursos de Francês e de Inglês, nessa mesma instituição. Seu *lattes* mostra que a entrevistada teve outros vínculos com IES federais e particulares trabalhando como professora substituta, assistente e coordenadora pedagógica. Atualmente, Ana também faz parte do corpo editorial de duas revistas científicas renomadas.

O próximo currículo é o de Sabrina. A pesquisadora graduou-se em duas áreas: a primeira em Secretariado, pelo centro Universitário Newton Paiva e, a segunda, em Letras, pela UFMG. Sabrina deu continuidade aos seus estudos na área de Letras, realizando o Mestrado em Estudos Linguísticos e o Doutorado na mesma área, também pela UFMG. Atualmente, Sabrina leciona disciplinas ofertadas pelo Departamento de Letras, DELET, da UFOP, onde desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino.

O *lattes* de Sabrina mostra que ela sempre esteve envolvida com projetos extensionistas voltados para a área de língua, literatura e gramática. A professora faz parte do corpo editorial de uma revista científica, atuando também como revisora de periódicos. Além disso, ao longo de sua carreira, teve várias publicações de artigos em periódicos, livros, textos e jornais de notícias, afora outras produções bibliográficas ligadas ao estudo da variação, do léxico e da linguística histórica em manuscritos setecentistas de Minas Gerais. Hoje, Sabrina atua como orientadora de pesquisas de mestrado e de iniciação científica, além de possuir diversas orientações concluídas de

trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica, ligados aos estudos da língua e da variação gramatical, temas de seu interesse de pesquisa.

O próximo currículo *Lattes* é o de Miriam que se graduou em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria e especializou-se em Educação Ambiental pela mesma instituição. É mestra em Geografia, pela Universidade do Paraná, UFPR, e doutora em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Miriam, diferente das demais entrevistadas, entrou recentemente como docente do Centro de Educação Aberta e a Distância, da UFOP, no ano de 2015 e, por isso, não está envolvida em atividades diretamente voltadas para a pesquisa na universidade. É interessante apontar que mesmo sendo recém-doutora, Miriam já trabalhou em diversas instituições, como em universidades particulares e na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, exercendo a função de tutora e de professora. Além disso, Miriam atuou como professora de Geografia em diversas escolas municipais e particulares.

O breve resumo dos *lattes* das entrevistadas serviu como dado prévio informativo que nos fornece um panorama geral do perfil profissional dessas mulheres. As informações resumidas apresentam traços das trajetórias profissionais das entrevistadas que apontam para o modo como elas delinearam suas vidas acadêmicas por meio de práticas comuns ao universo acadêmico.

### A TRAJETÓRIA ESCOLAR E DE CLASSE SOCIAL DAS ENTREVISTADAS

O primeiro trecho que analisado se refere à fala de Miriam no momento em que a questiono sobre o modo como sua identidade está relacionada à sua trajetória profissional. Seu discurso soa emblemático ao revelar que a entrevistada se conforma com aquilo que compreendemos por visões essencializadas das identidades (Rajagopalan, 2006).

A entrevistada, além de negar seu lugar social na academia, não reconhece, talvez por ter uma “mente colonizada pelo racismo” (Muniz, 2009, p. 12), que os discursos carregam em si ideologias as quais operam com o poder performativo da linguagem construindo lugares comuns como o imaginário de que a “sociedade brasileira é democrática para todas as raças” (Munanga, 2004). Tal pensamento confere igualdade a essas identidades inclusive no plano educacional, como sugere a fala



analisada através de explicitações marcadas pelo uso de advérbios como “não”, “nunca” e pela conjugação verbal em primeira pessoa dos verbos “prestei” e “concorri”, evidenciando a opinião da entrevistada a respeito do seu lugar acadêmico.

**Entrevistadora:** *o fato de você ser branca, não influência em nada na sua vida?*

**Miriam:** *não, para mim nunca, pelo menos, nunca.*

**Entrevistadora:** *nem na sua posição aqui na universidade?*

**Miriam:** *nunca senti...*

**Entrevistadora:** *nas posições que você assumiu ao longo da sua carreira?*

**Miriam:** *não, sempre concorri em concursos que eu prestei, eu concorri com negros, pardos, brancos. Eu acho que a questão da inclusão que se tem, principalmente, dos afrodescendentes. Concordo que a educação pública tem que ser de qualidade para todos indiferentes de raça ou de cor. Eu nunca tive privilégios por ser branca.*

O fato de ser branca para Miriam, não facilita em nada no seu percurso acadêmico e na sua ascensão profissional. Entretanto, mesmo que o discurso da professora diga que ela passou por processos de seleção para ocupar os cargos que assumiu durante sua vida profissional, a cor, conforme demonstram as diversas pesquisas no campo dos estudos das relações raciais, é um fator de desigualdade social que garante privilégios para as pessoas que têm a cor da pele mais clara. Digo “mais clara” porque há níveis hierárquicos de branquitude que demonstram quanto um branco tem da origem étnica europeia eurocêntrica (Sovik, *apud* Shucman).

Há, por assim dizer, uma naturalização da trajetória racial de privilégio da entrevistada que afirma, categoricamente, que “ser branca nunca influenciou em nada” em sua vida profissional. Em outras palavras, a entrevistada ignora o elemento cor presente em minha pergunta negando também os sentidos sociais que esse elemento traz em termos de ascensão profissional e de estruturação de níveis desiguais de poder da branquitude em posições de *status*, em especial, na universidade.

Na fala de outra entrevistada, a Sabrina, a origem econômica e a escolarização aparecem como marcadores de diferenças utilizados para negar o lugar de privilégio da identidade social da professora. Há vários termos linguísticos em sua fala ligados a autoimagem de Sabrina, os quais evidenciam seu lugar de mulher branca. Tal lugar está relacionado às dificuldades ligadas à origem familiar, à educação e à origem econômica da entrevistada.



O discurso de Sabrina evidencia que o fato da cor de sua pele ser branca ou, como ela afirma, se sua cor da pele fosse outra, como a “amarela” ou a “negra”, por exemplo, não é relevante para a entrevistada que nega o fator cor como elemento diferenciador. Apesar disso, o tipo de ensino, as dificuldades financeiras que a entrevistada chama de “acesso às coisas”, certamente, são fatores que influenciam na sua ascensão profissional e nas suas posições de *status* dentro da academia.

Sabrina, portanto, relaciona em seu discurso sua autoimagem de branca com a posição social de cor de outras pessoas que não são brancas como ela. A entrevistada diz que as pessoas não brancas passam por “constrangimento” devido à cor da pele delas que não é branca. Entretanto, ao dizer isso, Sabrina redireciona o foco da minha pergunta para outras identidades que são vítimas de preconceitos diários devido à cor da pele, negando a responsabilidade do grupo branco que reproduz e reforça tal preconceito. O problema é redirecionado para as identidades sociais que têm a cor da pele não branca e a raça branca deixa de ser o foco para manter-se em posição hegemônica e em lugar não questionável.

**Entrevistadora:**  *você acha que há diferença você ser branca? Isso influência na sua posição aqui na universidade, nas posições que você assumiu ao longo da sua vida profissional?*

**Sabrina:**  *eu não vou falar que não. Nunca passei por nenhum constrangimento por cor da pele, porque eu sou branca. Talvez, se eu fosse negra, provavelmente eu ia passar, porque a gente sabe o que é a nossa sociedade, ponto. A sociedade é assim, infelizmente, precisa mudar, não está certo! Está errado, precisa mudar, mas, eu viver, passar por isso, nunca passei. Agora, o fato de eu ser branca ou se eu fosse amarela, ou se eu fosse negra, se eu teria dificuldade de ter acesso às coisas? Não sei te dizer, porque eu sempre estudei em escola pública ruim. Eu tinha para mim que eu não conseguia entrar para a UFMG porque eu achava que eu não dava conta. Eu entrava no ônibus da UFMG que ia para faculdade particular que eu estudava, eu ficava olhando e pensava assim: o que esse povo tem que eu não tenho?*

No discurso de Sabrina, sobressai o fator econômico e a condição social da entrevistada. Entretanto, a sua identidade racial permanece não marcada ao não ser questionada. Mesmo quando Sabrina reconhece as desigualdades ligadas à cor da pele dos sujeitos, a cor branca continua “invisível” e não entra como foco de sua reflexão.

É importante deixar claro que o nível de escolarização e a classe econômica são fatores que exercem influência no modo como as identidades são constituídas e no modo como as identidades se posicionam no mundo, mas elas não são exclusivas. Como



demonstram os estudos da pesquisadora Figueiredo (2009), mesmo que as pessoas brancas sejam pobres e/ou menos escolarizadas, esses fatores não são suficientes para colocá-las “fora do lugar” justamente porque a cor da pele delas lhes garante mobilidade no interior do grupo do qual a pessoa faz parte.

Outra questão que chama a atenção no discurso de Sabrina é o modo como ela compreende a minha pergunta postulando um possível lugar de vítima ao tentar se lembrar de possíveis momentos em que a cor dela possa tê-la “prejudicado” e lhe causado algum tipo de “constrangimento”. A entrevistada inverte a lógica racial ao corroborar em seu discurso a ideia totalmente equivocada e alienada do branco ocupando uma suposta posição de vítima ao ser “constrangido” devido à cor da pele.

A cegueira racial de Sabrina demonstra aquilo que Frankenberg (2004) aponta como característica comum da identidade racial branca, isto é, de ser invisível aos olhos dos brancos, mas não dos não brancos que são conscientes dos efeitos da branquitude e de sua normatividade. Segundo Bento (2002), estaria também à sensação de medo em desnudar a branquitude e seu lugar normativo que é totalmente consciente e visível para as pessoas negras. Dessa forma, o negro poderia olhar para o branco não com o desejo do branqueamento, “mas com olhos analíticos que desnudam a branquitude” (*Ibidem*) e a perpetuação das desigualdades.

O que parece estar subentendido nos discursos de ambas as entrevistadas é, portanto, a postura hegemônica no meio acadêmico acerca da prevalência do preconceito de classe sobre o preconceito racial. É como se o problema do tratamento diferenciado oferecido aos brancos e, sobretudo, aos negros, resultasse da falta de recursos financeiros, quando, ao contrário, sabemos que os brancos, mesmo estando em uma possível situação de desvantagem econômica, possuem privilégios, conforme argumenta Bento (2002):

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. (Bento, 2002, p. 27).



Nesse sentido, o problema permanece reduzido à classe social. Novamente, cabe ressaltar que não se trata de excluir a influência de tal fator (Bento, 2002), pois, este também é importante. Assinalo que a classe social não é algo suficiente para explicar o racismo que estrutura a sociedade brasileira, pelo contrário, serve para negar a existência desse fenômeno como corrobora a fala de Sabrina.

### A PERCEPÇÃO DO RACISMO NA UNIVERSIDADE

Para investigar a experiência racial na universidade, procurei centrar em possíveis momentos de conflitos raciais vivenciados pelas entrevistadas dentro da academia. Por falta de espaço, trago apenas a percepção da professora Ana em relação ao tópico em questão.

No geral, os discursos mostram que a entrevistada nega a presença de conflitos raciais dentro da universidade, ao mesmo tempo em que reconhece que há esses tipos de conflitos na academia, mas o acontecimento não é percebido como discriminatório. Para esclarecer tais afirmações, trago a fala da entrevistada atendo ao modo como a raça atravessa seu discurso e sua trajetória acadêmica.

***Entrevistadora:** você nunca vivenciou algum conflito racial? Algo que te fez perceber diferenças relacionadas à raça e à cor da pele das pessoas?*

***Ana:** olha, sinceramente, não. Às vezes, eu fico até surpresa quando as pessoas falam tanto sobre isso, porque eu estudei numa escola pública durante uma vida inteira. Então, a escola pública, é escola pública. Você tem pessoas de todas as raças, cores, etc. Dentro da sala de aula, não me lembro de nenhum professor ter tratado alguém diferente, ou de forma diferente por causa da cor, etc. Então, assim, não, eu nunca fui mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da minha cor e não vi nenhum dos meus colegas também acontecer isso com eles, não!*

Na fala de Ana fica evidente o incomodo da entrevistada em relação a minha pergunta ao se mostrar “surpresa” com tal questionamento visto como algo sem sentido ou mesmo irrelevante. A entrevistada nega qualquer tipo de conflito racial que ela possa ter vivenciado em sua trajetória profissional. Mais à frente da entrevista, quando insisto na questão, ela reforça a neutralidade racial, em detrimento do discurso ligado a sua vivência em escola pública.



Como demonstra o discurso adiante, a escolarização de Ana em instituição pública (na educação básica e no ensino superior) serve como uma “muleta” para negar qualquer tipo de conflito racial ou qualquer situação em que alguém possa ter sido “tratado diferente por causa da cor” da pele. Isso, porque, segundo a entrevistada, em instituições públicas, “você tem pessoas de todas as raças, cores, etc, dentro da sala de aula” ressaltando a miscigenação em espaços públicos.

Entretanto, Ana, ao afirmar a diversidade por meio do fenômeno da miscigenação, não reconhece as desigualdades presentes entre pessoas brancas e não brancas, dado que comprova a sua neutralidade racial. Além disso, no dizer dela, a sua identidade racial, assim como no discurso de Sabrina e de Miriam, é negada produzindo uma cegueira racial unilateral em relação a sua cor e ao seu lugar de privilégio. Ana diz que “nunca foi mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da cor” dela, como se a branquitude fosse algo invisível e, portanto, neutra em relação às raças e à cor das pessoas.

As afirmações de Ana e a marcação explícita de sua identidade de mulher branca, dizem mais sobre uma identidade postulada como genérica pelos efeitos da linguagem sob a tematização de atos performativos como “eu nunca fui mais bem tratada ou mais mal tratada por causa da minha cor”. Relacionando esses atos de fala com a sua identidade excluída do ponto de vista de sua posição social, vemos que Ana mantém, durante sua fala, uma postura imparcial e indiferente em relação à cor de sua pele e, sobretudo, em relação às demais identidades que são excluídas em termos de qualquer possibilidade de preconceito racial que ela possa ter vivenciado.

Outra questão é que ao postular outros interlocutores (seus “colegas”) em sua fala, Ana reforça a ocultação do racismo no plano discursivo, embora esse fenômeno exista na prática. É como se vivêssemos numa sociedade em que tanto brancos como não brancos ocupassem as mesmas posições sociais, sobretudo, em locais majoritariamente brancos e masculinos, como o da academia. Em outras palavras, a invisibilidade da branquitude de Ana é linguística, mas, vale sublinhar que, na prática, ela é totalmente visível para as pessoas não brancas que são vítimas dos efeitos sociais causados pelos racismos diários da branquitude não marcada. É importante ressaltar que a falta do nome (da marcação da branquitude) não apaga o corpo branco, pelo contrário,



garante seus privilégios e seu lugar normativo em relação ao outro corpo não branco que é marcado, nomeado e visto em sua coletividade.

Ao reforçar minha pergunta sobre experiências ligadas a conflitos raciais na graduação ou na pós-graduação, a entrevistada não hesita em dizer que não vivenciou nenhum tipo de conflito relacionado à cor da pele. Segundo Ana, no curso de Letras, área de sua formação, há “representantes negros”. Apesar dessa afirmação, quando pergunto sobre a presença desses estudantes, a entrevistada diz não se lembrar deles. Eis o trecho que corrobora tal argumento:

***Entrevistadora:** na graduação e na pós-graduação, você também não vivenciou nada?*

***Ana:** também não! De novo, assim, universidade federal tinha de tudo, principalmente, no curso de Letras. Eu escuto muito falar que há cursos com poucos representantes negros, por exemplo, mas, no curso de Letras, não tinha isso.*

***Entrevistadora:** havia pessoas negras na sua turma?*

***Ana:** sim! Desde sempre!*

***Entrevistadora:** mas a maioria era como? Quem eram essas pessoas?*

***Ana:** eu não lembro, não sei dizer a maioria. Não cheguei a fazer nenhum levantamento disso, tinha de tudo. Letras sempre foi muito liberal em todos os aspectos. Havia de tudo. As pessoas faziam de tudo, era bem interessante fazer o curso de Letras, então, não! ((ri)). Eu, pessoalmente, nunca senti que tive nem privilégios e nem tive problemas por causa de cor, não. E não me lembro de ter visto ninguém tendo nenhum problema dentro da universidade, não.*

É interessante notar como as posições de Ana estão marcadas pela branquitude no que diz respeito aos privilégios da cor branca que a entrevistada insiste em negar. Ao negar qualquer tipo de conflito racial presente na universidade, Ana afirma uma indiferença relacionada à cor da pele no que diz respeito aos racismos diariamente presentes no espaço acadêmico. É como se, no espaço acadêmico, as pessoas não brancas estivessem em número igual ao número de pessoas brancas. Entretanto, como demonstram as pesquisas sobre relações raciais no Brasil, é fato que negros e negras são a minoria em locais hegemônicos como o da academia, onde o conhecimento é reproduzido majoritariamente por “cientistas brancos, homens e heterossexuais” (Muniz, p. 9, 2009).

As posições de privilégio das entrevistadas facilitam seus percursos acadêmicos, uma vez que elas estão habituadas às possibilidades de inclusão em cargos de importância, os quais são racializados e marcados pelas suas identidades de raça. O



*lattes* de Ana, por exemplo, evidencia vários momentos marcados da sua branquitude ao garantir a fixidez de suas posições de *status* acadêmico. Tais posições não são questionadas pelas pessoas brancas que apresentam pensamentos racistas e poucos críticos em relação à presença da raça na universidade.

Vale sublinhar que o gênero não entrou como foco das análises porque não houve dados suficientes voltados para este fator, já que as respostas das entrevistadas não refletiram diretamente para as suas identidades de gênero. Apesar disso, o gênero chama atenção para um fato que entra em contradição com as neutralidades ligadas tanto ao gênero quanto à raça, reafirmadas nos discursos das entrevistadas.

Trata-se das recentes pesquisas sobre a desigualdade de gênero, presentes em carreiras em que os cargos de *status* são ocupados, em sua maioria, por homens. Apesar deste dado, conforme evidenciam os resumos dos *lattes* das entrevistadas, essas mulheres brancas conseguem driblar essa barreira e ocupar posições de *status* na academia, majoritariamente, ocupadas por homens. Isso implica que mesmo sendo mulheres, elas têm privilégios raciais garantidos pela cor da pele delas e não pelo gênero, por exemplo.

Trata-se de privilégios que estão facilmente acessíveis e disponíveis às pessoas brancas e, talvez, por isso, Ana e as demais entrevistadas, não questionem os lugares que ocuparam em suas trajetórias profissionais, pois se trata de posições comuns e normais aos brancos; são lugares naturalizados como fixos à branquitude. Apesar dessa suposta neutralidade, uma consulta rápida ao *lattes* das professoras, junto aos dados das análises das entrevistas, no geral, mostram que elas utilizam essa ideia de neutralidade, sobretudo, racial, para reafirmar e garantir o lugar delas como brancas e privilegiadas. Isso, porque elas têm a chance de ser escolhidas e ocupar cargos de *status* na academia, mesmo que haja barreira de gênero na vida profissional.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, fica patente pelos discursos das entrevistadas que as identidades das mulheres brancas acadêmicas estão reduzidas àquilo que elas entendem como conquista ou sucesso profissional alcançado pelos seus esforços ligados a questões financeiras, à origem familiar, à escolarização, entre outras dificuldades que



elas tiveram durante suas trajetórias profissionais as quais não têm ligação alguma com a raça.

A branquitude e o privilégio característico a este conceito passam totalmente despercebidos nos discursos das professoras entrevistadas ao não racializarem suas identidades. É como se o fato de pertencerem ao grupo branco apagasse a raça das entrevistadas, enquanto as identidades não brancas são racializadas, visíveis e marcadas. Ao agirem dessa forma, elas negam o que a literatura deste artigo corrobora, isto é, que a identidade não marcada do branco contribui para torná-la universal garantindo seus privilégios, em especial, dentro da universidade, local que mesmo após a implantação das cotas raciais, continua silenciando e apagando as identidades não brancas, como as negras e as indígenas.

As discussões deste artigo foram além das constatações simplistas das identidades de gênero e, sobretudo, de raça, ao pensarmos nas trajetórias profissionais acadêmicas que envolvem a completa invisibilidade das identidades nas pesquisas, em especial, da mulher negra que está apagada na academia, devido às perspectivas de projetos coloniais e ocidentais.

A atitude acrítica se apresentou de formas implícitas e explícitas nos discursos das entrevistadas que, no geral, se pautaram pela ideia de que as oportunidades se apresentam de forma igualitária a todos, isto é, aos brancos e aos não brancos. Com esse tipo de pensamento, elas negam os atravessamentos da raça e do gênero nas suas trajetórias, apagando as possíveis marcas desses fatores em suas vidas profissionais, em detrimento do argumento de que suas posições foram conquistadas desligadas das nossas identidades de mulheres brancas.

## REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M. A. (Org.). *Psicologia Social do Racismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BUTLER, Judith. *Exclitable Speech: A politics of the Performative*. New York: Routledge New York & London, 1997.

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial. In: BENTO, M. A. (Org.). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FANON, F. *Pele Negra: máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EUDFBA, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/wcyfPj>>. Acessado em: 28 mar. 2015.



FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquitude não- marcada. In: WARE, V. (Org). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. RJ: Garamond, 2004.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. In: Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, jul-dez. 2009. p. 223-233.

GASKEL, G; BAUER, M.W. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: Evitando confusões. In: \_\_\_\_\_ *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LABORNE, A. A. P. *Branquitude e colonialidade do saber*. In: Revista da ABPN –Dossiê *branquitude*, Florianópolis, v. 6, mar./jun. 2014. p. 148-161. Disponível em: <<http://goo.gl/QtlxL8>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

MINAYO, S. C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIGNOLO, W.D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In Cadernos de Letras da UFF-Dossiê: *Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 278-324, 2008.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

MUNIZ, K. *Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PINTO, J. P. *Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades*. In: DELTA, 23:1, 2007 (1-26).

\_\_\_\_\_. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem – Pragmática). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PIZA, Edith. Porta de Vidro: uma entrada para a branquitude. In: I. Carone & M.A. Bento (Orgs), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAJAGOPALAN, K. Pós- Modernidade e a Política de Identidade. In: *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. (Org.). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.



SCHUCMAN, L. *Entre o encardido, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOVIK, L. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

WARE, V. (Org). O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar. *In: \_\_\_\_\_*. *Branquidade: Identidade Branca e multiculturalismo*. RJ: Garamond, 2004.

*Recebido em outubro de 2017*  
*Aprovado em novembro de 2017*